

Matriz de Investimentos do Brasil - 1969 :

Montagem Preliminar

Antonio Sérgio Carneiro Leão
e
Elcio Giestas(*)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, somente agora publicado, teve finalizada sua elaboração em dezembro de 1973, e resultou de esforço conjunto do Banco Central e do Conselho Interministerial de Preços. Trata-se, contudo, de montagem preliminar que, antes de mais nada, visou receber críticas e sugestões metodológicas e que procurou sugerir medidas, principalmente burocráticas, para seu aprimoramento futuro.

O esforço governamental presentemente realizado para entender e aprimorar as contas nacionais brasileiras indica a oportunidade da presente publicação.

A pesquisa descrita neste documento não teria sido realizada não fossem a decisão, o apoio, as sugestões e críticas do anterior

(*) Os Autores são economistas do Banco Central do Brasil.

Ministro da Fazenda, Prof. Antonio Delfim Netto, do anterior Presidente do Banco Central, Dr. Ernane Galvêas, e do anterior Secretário-Executivo do Conselho Interministerial de Preços, Dr. Raul Hazan. Cabe-nos ainda expressar agradecimentos ao Dr. José Maria Gouveia Vieira, do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de Economia*.

2. A MATRIZ

2.1. Apresentação

Basicamente a matriz de investimentos é a transformação (abertura) do vetor coluna da Formação Bruta de Capital Fixo em uma matriz que explicita as vendas dos diferentes bens de investimentos bem como, e principalmente, quem realiza os investimentos, sejam os diferentes setores da Produção, o Governo ou as unidades familiares.

Para a montagem dessa matriz, todavia, nossas estatísticas atuais nos pareceram insatisfatórias, em especial para a abertura das aquisições do Governo por linha da matriz. Assim, ao optar por sua apresentação num quadro de demanda final com inúmeros "claros" explicitamos áreas onde serão necessárias maiores pesquisas.

Quanto à parte apurada, e que diz respeito à quase totalidade do setor industrial, uma vez que se refere a dados retirados das declarações para efeito de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ela nos parece boa, e é resultante de quadros referentes à aquisição de bens de capital nos mercados externo e interno.

2.2. Metodologia

Na montagem de matriz de insumo-produto, de 25x25, criaram-se imediatamente as condições para uma rápida montagem de uma matriz de insumo-produto de 124x124 e de uma matriz de investimentos, bem como se visualizou a possibilidade da

criação de uma infra-estrutura estatística para a apuração dessas matrizes, em caráter permanente, em especial através de formulários fiscais, utilizados pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais, da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda (CIEF).

No que diz respeito precisamente à montagem da matriz de investimentos, houve que fazer a seguinte opção: uma vez que se estava trabalhando com estatísticas do IPI, que fornecem, dos diferentes estabelecimentos, as compras dos diferentes insumos e vendas dos diferentes produtos mas não os estabelecimentos de destino das vendas, tivemos, nas apurações dessas compras, de separar as aquisições de bens de capital daquelas referentes a insumos. Para tanto, assinalaram-se todos os itens que corresponderam a investimentos pelo critério Fundação Getúlio Vargas/Nações Unidas, indagando aos coordenadores de setores do Conselho Interministerial de Preços (CIP) quais aquisições correspondiam a investimentos efetivos. De posse dessas informações, tomaram-se como aquisições de bens de capital somente aquelas assim consideradas para o setor, incluindo-se nos insumos todas as demais compras.

Essa ressalva se deve a que: (i) o resultado final passou a depender bastante do conhecimento factual dos Coordenadores do CIP; e (ii) as apurações, pelo método acima, poderiam apresentar resultados diversos dos informados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) quando esta mensurasse os investimentos totais basicamente do lado das vendas (produção) e os do Governo pelas compras.

Trata-se apenas de um problema de critério mas que cabe ressaltar, uma vez que fomos obrigados a proceder a uma compatibilização final com os dados da FGV. Porém, uma vez que nossas apurações foram setoriais, compatibilizadas com as globais da FGV, as discrepâncias não devem ser significativas. Seriam significativas para o caso de apurações setoriais pela FGV, pela ótica da produção porque, segundo nosso critério, e a título de exemplo, um gerador adquirido pela indústria de bebidas será um investimento desse setor, enquanto que um gerador adquirido para a construção de um navio será insumo de navio, aparecendo como investimento apenas o total do produto final navio.

Outra diferença de critério diz respeito a termos considerado como insumo, genericamente, as peças de reposição, sobres-

salentes e similares, no critério dos Coordenadores do CIP. Todavia, entendemos importante esclarecer as fases da compatibilização de nossos dados com os da FGV porque tal esclarecimento possibilitará uma rápida confirmação futura da validade da presente montagem ou sua melhora, à medida em que certas apurações, especialmente nas contas do Governo e da construção civil, sejam melhoradas.

Essas fases foram:

1.a) Inicialmente, dividiu-se o total dos investimentos em construção civil, apurado na matriz de insumo-produto, entre Governo, Unidades Familiares e Empresas, da seguinte forma:

a) **Governo** — Utilizando apurações do Centro de Estudos Fiscais da FGV referentes a 1965, encontrou-se uma taxa representativa dos investimentos em construção civil do setor Governo, aplicando-a no total dos investimentos do Governo apresentados pelas contas nacionais, para 1969, e os lançamos na matriz de investimentos. Para apurar a taxa dos investimentos em construção civil do Governo Federal, utilizaram-se apurações daquele Centro de Estudos Fiscais para 1965. Para o setor não-Governo Federal aplicamos em dados das referidas apurações proporções observadas nas Contas da Gestão do Estado da Guanabara em 1971. Embora fosse incorreta tal solução, não se encontrou outra factível. Note-se que é a partir desses dados que se deveria proceder a qualquer revisão na matriz. Eles integram os elementos básicos onde se devem concentrar melhorias nas apurações: Construção Civil e Contas do Governo.

b) **Unidades Familiares:** Utilizando as estatísticas de autorizações de “habite-se”, em 1969, nas principais cidades brasileiras, conforme constam do Anuário Estatístico do Brasil, apurou-se a proporção das construções residenciais em relação ao total, servindo-se dela para obter o dado lançado na matriz como investimento em construção civil das Unidades Familiares.

c) **Produção:** O investimento em construção civil do setor produção foi apurado por resíduo.

Note-se, aqui, que a apuração dos investimentos em construção civil encontrava-se quase num impasse.

2.a) Como não se encontrou forma de estimar os investimentos das Unidades Familiares em material de transporte (automóveis etc.), ainda, em especial, devido à não-abertura conveniente das contas do Governo, optou-se por admitir as Unidades Familiares investindo somente em construção civil, o que permitiu fechar imediatamente a matriz. De outra forma permaneceríamos num impasse. E com isso se pôde obter os investimentos totais das Unidades Familiares e, por resíduo do dado apresentado pelas contas nacionais como investimento do setor privado, também o total investido pelas empresas. Está admitido aí, como premissa, ser nula a variação nos estoques, sendo assim mantido o mesmo critério adotado na elaboração da matriz de insumo-produto.

3.a) Apurando a proporção da participação na renda, dos setores por nós efetivamente apurados no IPI (colunas 01 a 22 da matriz) em relação à renda total, isto é, daqueles para os quais procedemos a levantamentos satisfatórios dos investimentos, em relação ao total da renda interna do setor da Produção, estimamos os investimentos do setor de produção "classificado" (colunas 01 a 22) total e em construção civil. O setor "outros" da Produção, foi, assim, apurado por resíduo. Está aí subntendida a aceitação de uma igualdade relativa nas relações capital/produto desses grupos, o que não deverá necessariamente ocorrer. Mas também aí não encontramos outra solução factível.

4.a) Quanto ao conjunto de dados do setor "classificado" da produção, que é a parte relevante deste trabalho, foi assim obtido: uma vez que a amostra utilizada não continha dados de investimentos em construção civil, o primeiro passo foi o de obter os investimentos totais do setor "classificado" líquidos de construção civil. Foram então ajustados a esse líquido, por simples regra de três, todos os dados da amostra referentes a esse setor "classificado". O total da amostra representou exatamente 65,28% desse líquido. A explicitação desses elementos possibilitará uma melhora futura dos trabalhos, inclusive metodológica. Os investimentos em construção civil do setor "classificado" de Produção foram todos lançados na coluna "diversos" desse setor.

5.a) Quanto ao grupo "Outros" da Produção, embora os dados do Imposto sobre Produtos Industrializados não sejam satisfatórios para a apuração de seus quantitativos, podem ser considerados como válidos para estimar a estrutura das aquisições por

linha da matriz. Aplicando a estrutura aí apurada aos investimentos totais líquidos de construção civil desse grupo “Outros”, preenchemos a coluna.

2.3. Deficiências

Neste trabalho procuramos nos cingir às estatísticas existentes, evitando conclusões com base em “pirâmide de premissas discutíveis” que as invalidassem, mesmo aceitando-se a metodologia. Em consequência, embora tenhamos evoluído bem mais nas apurações do que as constantes do quadro apresentado, evitamos incluir na divulgação dados passíveis de discussão. Assim, mesmo não tendo podido prescindir da adoção de vários pressupostos, restringimos a apresentação do trabalho ao nível dos “aceitáveis”. Todavia, há uma deficiência básica que diz respeito à compatibilização de dados do IPI, de 1971, aos das contas nacionais, de 1969, mas isso pode ser facilmente sanado em revisão, com apurações atualizadas da FGV. Talvez seja essa a principal explicação da diferença entre o “perfil” dos investimentos industriais por nós apurado e o resultante dos trabalhos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (DEICON). Contudo, um maior esforço nas apurações é necessário, e ele prende-se basicamente aos investimentos em construção civil e às compras da administração pública.

Quanto aos investimentos em construção civil, o assunto tem sido bastante discutido, esperando-se solução também em termos desta matriz.

No que se refere às compras da administração pública, aí temos o problema de mais difícil solução. Já em artigo sob o título de Metodologia para a Montagem da Matriz de Insumo-Produto no Brasil, abordamos a necessidade de se reunirem grupos de técnicos para criar um instrumental de apuração das compras do Governo, em bens e serviços, que atendessem à setorização da matriz de insumo-produto e de investimentos.

Ocorre que a classificação das aquisições de bens e serviços pelo setor público, na forma da Lei n.º 4.320, impedia qualquer avanço nas pesquisas. Para uma solução imediata do assunto, pareceu-nos que o caminho indicado seria documento legal determinando que as três áreas da administração pública (municipal, estadual, federal — centralizada ou não) preenchessem, anual-

mente, as colunas referentes a aquisições de bens e serviços dos formulários do Imposto sobre Produtos Industrializados, na forma do Regulamento desse imposto, enviando-os ao referido Centro de Informações Econômico-Fiscais, que os apuraria. Com isso, cremos, seriam solucionados inúmeros problemas de contabilidade social. Não vislumbramos qualquer outra solução satisfatória, a curto prazo, para superar o impasse. Todavia, caberiam discussões quanto aos custos que a implantação eficiente de um tal sistema imporá ao setor público.

3. CONCLUSÃO

Mesmo inconcluso, como pioneiro o presente documento nos parece válido, inclusive pela metodologia que apresenta.

Tem validade ainda por explicitar os problemas pendentes de solução, quanto à demanda final, e que dizem respeito à construção civil, compras da administração pública e exportações.

Note-se que matriz de investimentos é, ainda hoje, trabalho pioneiro na grande maioria dos países.

